

TEMA EM DEBATE: *Pensamento militar e Amazônia*

Amazônia, prepotência e arrogância

MARCO ANTONIO FELICIO DA SILVA

Por dois anos, tive a oportunidade, como oficial de ligação ao Comando de Armas Combinadas, o chamado cérebro e coração do Exército americano, de viver em um país admirável, onde encontrei, como em qualquer outro lugar, pessoas de natureza e comportamento variados. Fiz muitos amigos e tornei-me admirador do sentimento patriótico e do orgulho que sentem de seu país e do poder que ostentam. Entretanto, aprendi que, quando se trata do caráter nacional, que permeia os interesses nacionais e as ações de governo, principalmente no que tange à política externa, a arrogância e a prepotência estão invariavelmente presentes ao lado de espírito messiânico, espírito este que os tornam salvadores do mundo, estabelecendo o que é certo ou errado, segundo os seus valores, impondo soluções e achando-se no direito, coerentemente com o espírito de couboi que cultivam, como polícia do mundo, de usarem até mesmo a força. Invocam, então, normalmente, a defesa da democracia e da liberdade, mas, em realidade, defendem os seus interesses, que são globais, principalmente econômicos, diretamente relacionados com a manutenção da supremacia de poder e do bem-estar da população americana. Aprendi isso, no dia-a-dia, participando de painéis, palestras, conferências e debates, ouvindo civis e militares, os últimos mais parecendo generais romanos falando aos seus legionários, narrando vitórias e explicitando as benesses que estavam propiciando com a criação de uma "nova ordem mundial", ordem esta regida pela "pax americana". Ouvi pregarem a redução das forças militares latino-americanas, a sua "profissionalização" e a subordinação ao poder civil, em realidade a transformação das mesmas em milícias de combate ao narcotráfico, em agentes de saúde e em operários fardados, estes tendo em vista a construção de estradas, casas, hospitais, escolas etc... A defesa externa desses países estaria assegurada pelo "guarda-chuva" militar americano. Investimentos em armamentos, como também apregoa, agora, o Banco Mundial, ou o desenvolvimento da indústria de material bélico, geradora de tecnologias de ponta, não são coisas próprias para tais países que se lo-

calizam no "quintal dos EUA". Armas nucleares somente para país de governo responsável como o deles.

Durante o curso da Escola de Comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth, Kansas, freqüentado, anualmente, por cerca de 1.200 oficiais americanos e aproximadamente cem oficiais de 89 diferentes países, inclusive um brasileiro, a apresentação que faziam, em vídeo, da América Latina, era, no mínimo, uma preparação psicológica para uma possível intervenção militar na região. Em primeiro lugar, a região era apresentada como se abaixo do Rio Grande não existissem diferenças, de natureza variada e pronunciadas, de país para país. Região mostrada inviável pelos desastres naturais, doenças, ignorância, violência e instabilidade política e econômica. Um povo, mescla de índios, negros e brancos, incapaz de cuidar daquilo que seria um patrimônio da Humanidade: as florestas tropicais. Somente o negativo era ressaltado. Do Brasil, como ilustração, mostravam a figura de um homem montado num cavalo, acompanhado de um cachorro, atravessando uma rua sem calçamento. E comparavam a América

Latina com os EUA, concluindo que a primeira não era como o segundo, "uma terra abençoada por Deus".

Em visita ao Museu de História Natural de Nova York, encontrei todo um andar, imenso, transformado na Floresta Amazônica, com objetos de diversas tribos de índios, em número e diversidade que jamais vi aqui no Brasil. Populares e comitivas escolares, de várias partes dos EUA e do mundo, entravam e saíam, num vaivém constante, conscientizando-se de como devastaríamos a floresta, prejudicando o ecossistema mundial, e de como mataríamos nossos índios. Na entrada da exposição, havia um grande relógio digital que mostrava, a cada minuto, o quanto de floresta era devastada.

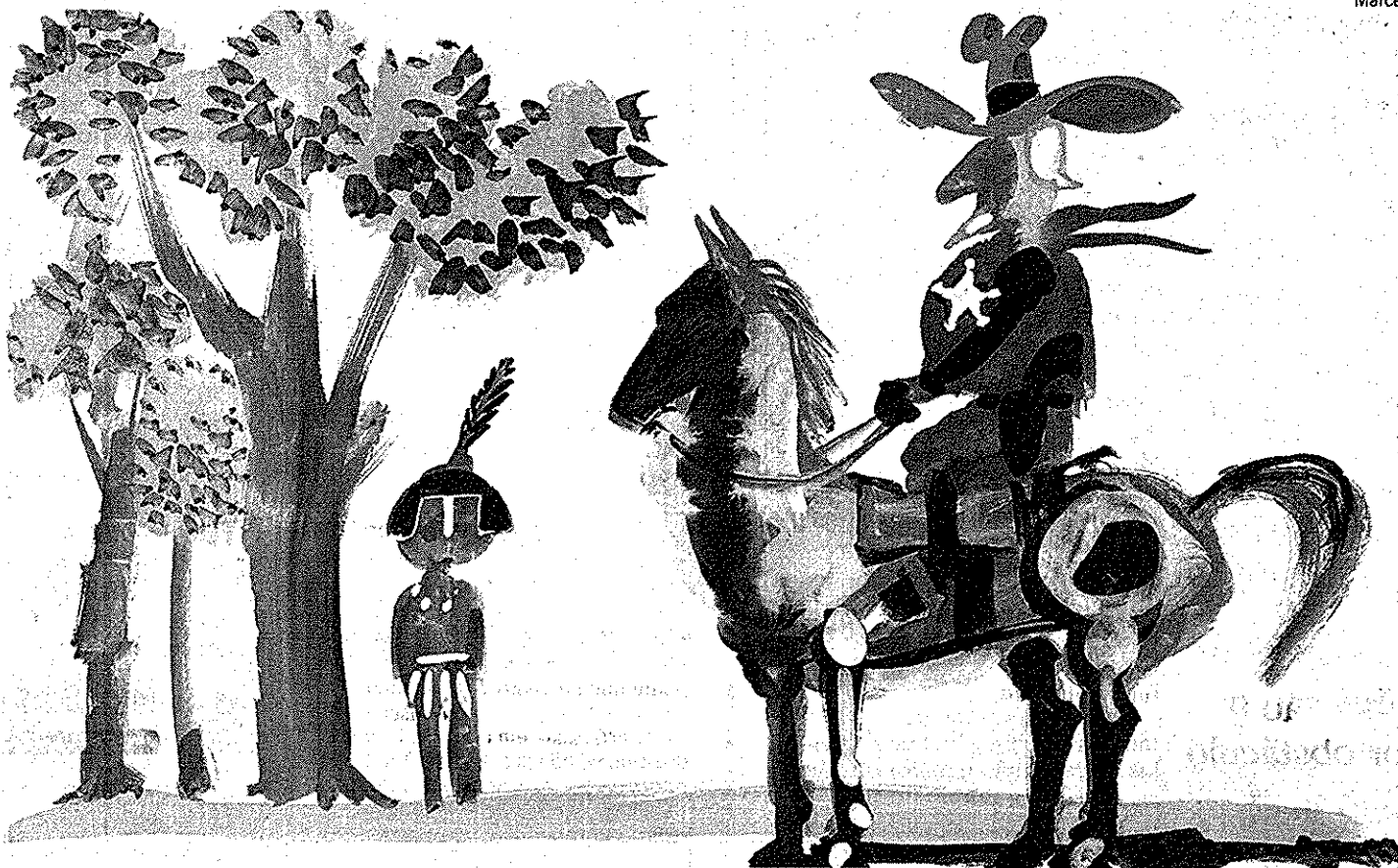
Assim, surpreendendo somente o Itamaraty, que passou a acreditar em Papai Noel, o general-chefe de um alto órgão de Inteligência das Forças Armadas americanas, que não é imbecil e irresponsável e deve estar afinado com o que pensam os seus superiores, afirma que os EUA poderão intervir na região amazônica, caso o Brasil faça ou deixe de fazer algo que ponha em risco o meio

ambiente nos EUA. E esse risco poderá ser a desculpa para a concretização de interesses outros, pois a Amazônia, além de ser a mais vasta província mineral do planeta, riquíssima na sua biodiversidade, é, também, a maior reserva hídrica do mundo, sendo a água, cada vez mais, algo exíguo em toda a Terra e fator, já hoje, de conflito.

Aliás, não é de hoje que inúmeros líderes mundiais vêm se manifestando (inclusive o vice-presidente dos EUA), de quando em quando, de forma petulante, direta ou indireta, invocando até mesmo a chamada "Teoria da Soberania Limitada", propondo soluções, entre as quais a internacionalização e intervenção, para a preservação da Amazônia, todas elas ferindo a soberania do país e a dignidade do nosso povo.

As posturas de tais líderes e do citados general com relação à Amazônia e ao Brasil são coerentes com o conteúdo de recente artigo publicado no GLOBO (12/03/98) — "Relações hemisféricas" — do sr. Thomas Mclarty, enviado especial do presidente Clinton para a América Latina, não cabendo, neste caso, desmentido oficial. Mostra ele, sem es-

Marcelo



conder a prepotência e a arrogância características, como os EUA consideram os países da região: parceiros de segunda classe! Confundindo cooperação com obediência aos ditames do Governo americano, deita falação sobre drogas, direitos humanos e outros assuntos, inclusive certificando, premiando e "castigando" países no que tange ao cumprimento das ordens de Washington e até mesmo, em casos especiais, abrindo mão de sanções para alguns, permitindo, ainda, a cooperação com autoridades que compartilhem dos objetivos e dos valores americanos. A cooperação, em realidade, se traduz no atendimento daquilo que preconiza a política externa americana, tendo em vista a consecução dos interesses americanos.

O interessante é que não se vê qualquer reação. Muito pelo contrário, o diretor da Polícia Federal vive a mendigar recursos americanos e até operações de combate às drogas, junto à fronteira, realiza, visando a objetivos do interesse americano e com a presença de autoridades americanas. Mostrando a total incapacidade do nosso Governo de planejar, coordenar e combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas, como também ficou patente tal incapacidade na prevenção e no combate ao incêndio de Roraima, solicita-se ajuda aos americanos para o exercício do controle de nossas fronteiras. O diretor da DEA, agência americana de combate ao narcotráfico, também um general, já está a caminho do nosso país. Parece que, para nós, em tempos de globalização, a palavra soberania não teve apenas o seu conceito modificado: foi riscada do dicionário.

Infelizmente, se assim nos consideram e assim nos tratam, grande parte da culpa é proveniente da alienação de parcela de nossas autoridades, principalmente quando se curvam a pressões externas, satisfazendo interesses que não são os nossos, de certa mídia e intelectuais, os quais não sabem valorizar o que somos e o que temos e não se orgulham de nossas conquistas, o que, sem dúvida, reflete negativamente sobre a maioria da opinião pública e permite que a imagem do país seja deturpada aqui e no exterior.

MARCO ANTONIO FELICIO DA SILVA é general.

A defesa aeroespacial da Amazônia

MANUEL CAMBESES JÚNIOR

A desintegração do Leste da Europa fez com que a visão das nações ricas do Hemisfério Norte se voltasse para o Sul. Esta nova ótica mundial é perceptível pelos interesses despertados, sob alegação de proteção ambiental, porém visando a uma fonte inesgotável de matérias-primas e recursos minerais estratégicos ali existentes.

Qualquer observador mais arguto poderá lembrar a extraordinária mobilização da propaganda internacional sobre os problemas da Amazônia que, a partir de 1987, passaram a receber tratamento privilegiado de organizações, organismos, governos, personalidades, mídia e outros segmentos. Estimativas exageradas em relação à extensão das queimadas, afirmações sobre extermínio de índios, problemas de garimpo, poluição dos rios, narcotráfico e militarização da área passaram a fazer parte de um noticiário inteligentemente bem orquestrado e respaldado pela Organização das Nações Unidas.

A campanha de utilização da política

ambientalista para institucionalizar conceitos de soberania limitada ou restrita é o que se convencionou chamar de "dever de ingerência" sobre países em desenvolvimento, particularmente aqueles que, como o Brasil, por seu poder latente, são detentores de grandes reservas de matérias-primas.

A vulnerabilidade estratégica do Brasil, em face do incremento de pressões dessa natureza, foi ampliada por conta de um alinhamento aos ditames da "nova ordem mundial". No que tange às políticas de meio ambiente, este alinhamento ficou comprovado pela dócil aceitação das pressões para a demarcação de extensa reserva ianomâmi e, mais recentemente, a exemplo da esplhafatosa atuação da Greenpeace em território brasileiro.

No caso específico da Amazônia, assistimos a uma invasão silenciosa de ONGs, atuando como instrumentos de uma verdadeira guerra psicológica, com vultosos recursos de apoio, capazes de mobilizar a opinião pública internacional no sentido de considerar que o desenvolvimento amazônico constitui uma ameaça ao meio ambiente global.

Apesar disso, não se pode prever uma ameaça militar direta e claramente caracterizada.

A recente questão de Condor entre Peru/Equador (1995) e litígios de fronteira Colômbia/Venezuela, Venezuela/Guiana e Guiana/Suriname, bem como a presença do enclave francês, no seu Departamento do Ultramar, ao norte do Oiapoque, dão o toque geral da vulnerabilidade na Amazônia.

O conhecimento dos problemas da região amazônica evidencia a urgência de saná-los, sobretudo por tratar-se de uma região com potencial estratégico avaliado em escala ainda conservadora.

É objetivo do Governo não só proteger a região amazônica, mas também promover seu desenvolvimento sustentável, considerando os vários aspectos envolvidos, entre os quais o social, o econômico e o ambiental. Sabe-se, porém, das dificuldades impostas pela própria natureza e até as limitações com que o Governo se depara ao tentar levar a efeito um programa que se contraponha à série de fatores que impedem a prosperidade, de fato, da região.

Vindo ao encontro da necessidade de superar os obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia, o SIVAM irá auxiliar o poder público com maior precisão e continuidade nas informações, possibilitando o planejamento estratégico e a tomada de medidas cabíveis para cada situação, já que pode dispor de recursos tecnológicos avançados, que o orientarão quanto às ações coordenadas mais eficazes na área em questão, mantida a autonomia de cada órgão envolvido.

O poder aeroespacial brasileiro tem como uma das principais prioridades o controle, a vigilância e o policiamento do espaço aéreo brasileiro, em particular a região amazônica e se empenha no sucesso do Projeto SIVAM.

A Amazônia vem se mostrando uma terra de porvir e, sobretudo, de desafios. O mais imediato deles consiste em controlar de forma eficaz e duradoura o seu espaço aéreo. Para tanto, as Forças Armadas deverão desenvolver estratégias inteligentes e racionais de modo a enfrentar os óbices de atingir os objetivos estabelecidos no planejamento da ação política.

A crônica falta de recursos disponíveis tem criado muitos obstáculos para que o Ministério da Aeronáutica estabeleça uma política eficaz para a defesa aeroespacial da região amazônica.

A implantação do SIVAM, dada a premissa de que se reveste, já se encontra em andamento inicial com recursos próprios. Entretanto, em face da amplitude e complexidade do projeto, o Governo brasileiro tem que reconhecer a imperiosa necessidade de obtenção de recursos externos de modo a viabilizar o sistema e tornar, portanto, exequível a defesa aeroespacial da região amazônica.

Ademais, configura-se imperativo para a consecução de uma defesa aeroespacial eficaz que contemos com vetores e armamentos adequados e com uma eficiente infra-estrutura aeroportuária, em vários aeródromos da Amazônia, condizentes com os objetivos propostos para a defesa desta vasta e rica região do nosso Brasil.

MANUEL CAMBESES JÚNIOR é coronel-aviador R/R.